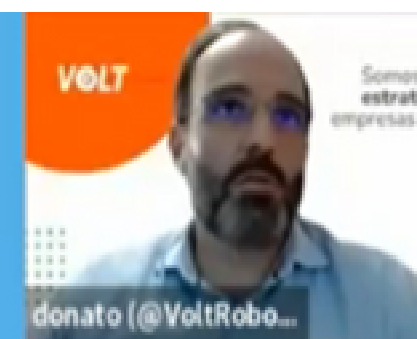


Why decarbonization is critical?

Regulated and voluntary carbon markets

What are we doing on VCM?



APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL MERCADO DE ENERGIA

7 A 11 DE AGOSTO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Aneel disponibiliza ARR dos limites do PLD em consulta processual

05

CCEE propõe nova governança e associados discutem posicionamento da Abraceel

13

Cpamp promete aprimorar governança e consulta agentes sobre priorização de temas para o ciclo 2023/2024

16

Mercado de carbono apresenta oportunidades crescentes para comercializadoras de energia

21

Aplicações de inteligência artificial ganham destaque no mercado elétrico, com vantagem às empresas

23

Abraceel na Mídia

24

Curtas

29

E o Congresso?

32

Próxima Semana

Aneel disponibiliza ARR dos limites do PLD em consulta processual

Matéria em 1 minuto:

- Em interlocução com a SGM, Abraceel foi informada que, sobre o PLDmax, a expectativa é que uma AIR seja conduzida em 2024, para potencial aplicação em 2025, e que o limite do PLDmax em 2024 possivelmente será o valor vigente em 2023, corrigido;
- A SGM também explicou que, sobre o PLDmax estrutural, a metodologia estaria contraditória com os atuais critérios de adequação do suprimento, o que exige discussão com os agentes sobre eventuais aprimoramentos;
- Área técnica também explicou que, para o PLDmin, a sugestão é a Aneel conduzir uma Tomada de Subsídios antes da elaboração de uma AIR, com foco na composição da TEO, que estaria defasada;
- ARR foi encaminhada para diretoria, que irá deliberar sobre os encaminhamentos propostos pela área técnica. Diretor-relator será sorteado na próxima segunda-feira.

A Aneel disponibilizou em sua consulta processual a nota técnica com a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) das normas aplicáveis aos limites máximo e mínimo do PLD e ao valor da Tarifa de Energia de Otimização (TEO).

No documento, a Superintendência dos Serviços de Geração e do Mercado (SGM) indica “a necessidade de se estabelecer processo de debate normativo específico, a ser inaugurado com uma Análise de Impacto Regulatório (AIR), para endereçar as evoluções citadas de (i) aprimoramento do mecanismo de interdependência entre os PLDmax estrutural e PLDmax horário, e (ii) incorporação dos novos parâmetros de garantia de suprimento.”

Em conversa com a SGM da Aneel, a Abraceel foi informada que, sobre o PLDmax, a expectativa é conduzir uma AIR ao longo de 2024, para potencial aplicação em 2025, e que o limite do PLDmax em 2024 possivelmente será o valor vigente em 2023 corrigido. A área técnica informou ainda que considera o conceito da previsibilidade como um valor a ser seguido e respeitado.

A SGM também explicou que, sobre o PLDmax estrutural, a metodologia estaria contraditória com os atuais critérios de ade-

quação do suprimento. Quando ao PLD horário, entendem que a metodologia atual não teria apresentado a volatilidade ao longo do dia que era esperada.

Quanto ao PLDmin, a nota técnica informa que “a principal conclusão é a de que sua definição está aderente à hierarquização da oferta do SIN, que tem no recurso hidráulico tipicamente a caracterização da oferta marginal, com destaque para a hidrelétrica de Itaipu.”

No entanto, a SGM aponta que “a base de dados que suporta a TEO é antiga (2001), merecendo atenção regulatória”. Assim, indica que “essa condição poder ser inaugurada pela área técnica da Agência, mediante a instauração de uma Tomada de Subsídios.” Sobre a TEO de Itaipu, a área técnica conclui que “sua estrutura de custos apontou para a conformidade de suas naturezas com as definições consagradas de custo variável”. Assim, a conclusão é a de que “a TEO de Itaipu da maneira como é concebida atende ao principal pressuposto para a formação de preço em ambiente de mercado, que é o de refletir parcelas eminentemente vinculadas ao grau de produção da planta”.

Na conversa com a Abraceel, a SGM explicou que, para o PLDmin, a proposta é que Aneel conduza um processo de Tomada de Subsídios antes da elaboração de uma AIR, com foco da discussão sobre a composição da TEO, que estaria defasada. A SGM entende que os custos de cessão da energia do Paraguai para o Brasil são custos variáveis e, portanto, devem compor a TEO de Itaipu. Tal intenção, contudo, depende da decisão da diretoria colegiada da Agência.

Por fim, a SGM recomenda realizar sorteio de diretor-relator para a apreciação da matéria. O processo (48500.004659/2014-34) foi incluído na lista de sorteio da próxima segunda-feira. O processo pode ser acessado sob o número de protocolo “48550.000957/2023” na Consulta Processual da Aneel e a Nota Técnica pode ser lida na íntegra no [site](#) da Abraceel, aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.

CCEE propõe nova governança e associados discutem posicionamento da Abraceel

Matéria em 1 minuto:

- Em nota técnica, a Câmara enviou ao MME e ao setor proposta de alteração em sua governança, com prazo de envio de contribuições até 23.08. CCEE diz que irá compilar as contribuições e encaminhar ao MME para providências;
- Está prevista a criação de uma Diretoria Executiva, com separação entre as funções estratégicas e executivas, e de uma nova Diretoria de Segurança e Monitoramento de Mercado, com regras de transição;
- Pela proposta, a Assembleia Geral passa a ser responsável pela eleição da Diretoria Executiva, contudo, a aprovação do orçamento da CCEE passa a ser de competência do Conselho de Administração.

A CCEE enviou no dia 03.08 ao MME, às associações e aos agentes do mercado proposta para reformar as regras e a estrutura de governança que a rege. A nota técnica com as mudanças sugeridas receberá contribuições por 20 dias, até 23.08. Depois, a Câmara pretende compilar as contribuições recebidas e encaminhá-las ao MME, para que esse avalie as providências a serem tomadas.

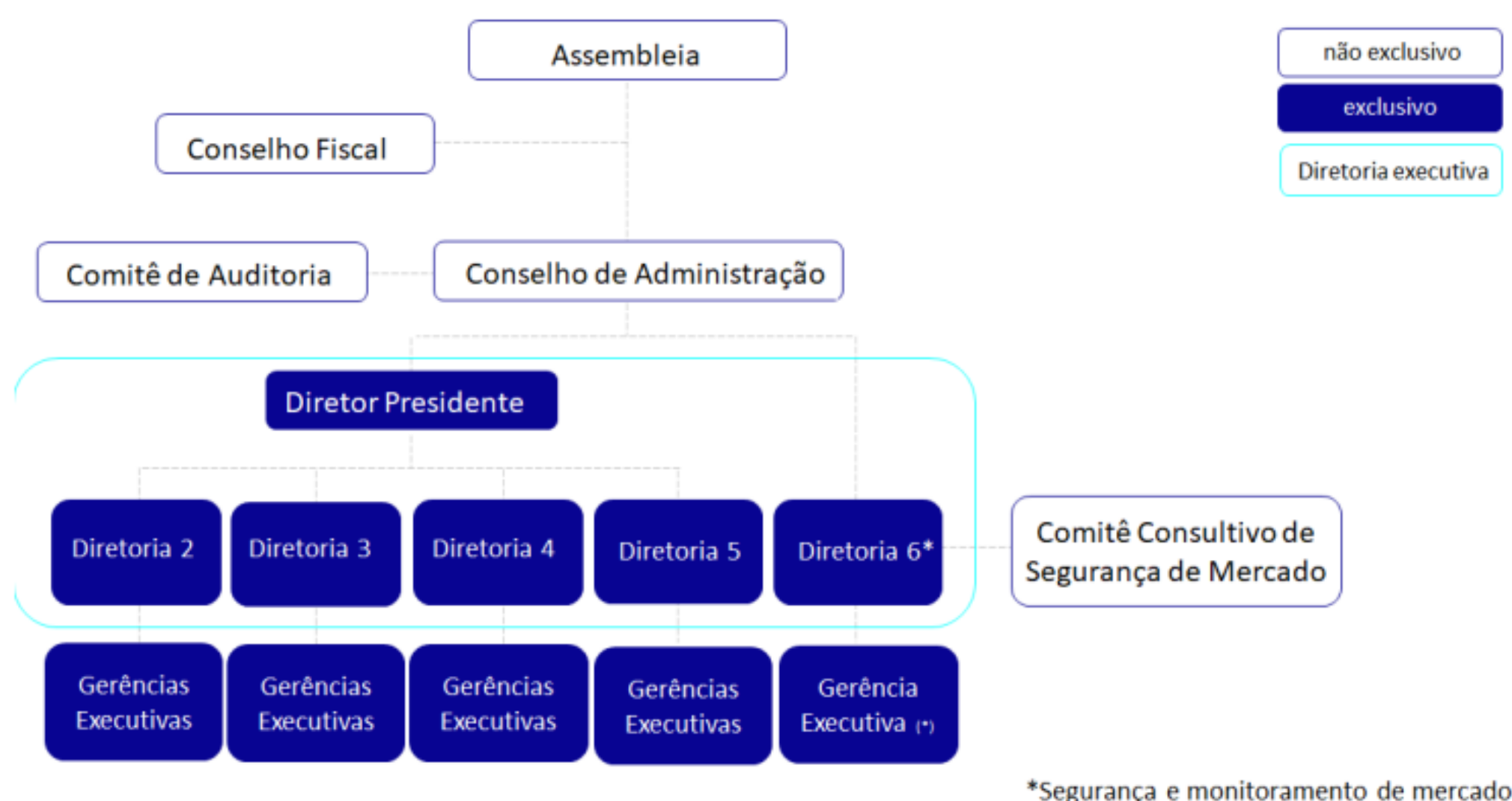
Proposta

A CCEE acredita ser uma oportunidade para aprimorar a governança corporativa, inclusive a de monitoramento de mercado, alegando haver o contexto de abertura do mercado e de medidas que visam elevar a segurança do mercado.

A estimativa da CCEE é de um incremento de R\$ 7,2 milhões ao ano para custeio da nova estrutura organizacional, o que equivale a 3,6% do orçamento para 2023. Há, na sua nota técnica, sugestão de alteração na forma de custeio da CCEE, para que a cobrança associativa seja composta de uma parcela fixa somada a uma proporcional à energia transacionada. Emolumentos continuariam a ser cobrados sempre que houver atividade ou serviço específico.

O modelo atual de governança é composto por uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal, um Conselho de Administração e uma

e 29 gerências. A nova proposta pretende criar um Conselho de Administração voltado para funções estratégicas e uma Diretoria Executiva, voltada para funções executivas.



A principal diferença é a clara separação entre as funções estratégicas e executivas, sendo facultado, na proposta, ao atual Conselho de Administração, assumir a Diretoria Executiva. A proposta também inclui a descontinuação da Superintendência e a criação de uma diretoria específica para segurança e monitoramento de mercado, com estrutura autônoma.

Premissas

- Alterações apenas no âmbito infralegal: decretos, resoluções da Aneel e estatuto.
- Mudanças faseadas: as que são essenciais estão na nota técnica, ao passo que as demais serão decorrentes das alterações na estrutura.
- Mudanças na governança do monitoramento visam instituir a segregação da função e blindagem para a estrutura de monitoramento.
- Remuneração de mercado para toda alta administração da CCEE:

Conselho de Administração (sem dedicação exclusiva e funções estratégicas)
Diretoria Executiva (com dedicação exclusiva e funções executivas)
Conselho Fiscal (sem dedicação exclusiva e funções de fiscalização)

- Alta administração da CCEE pode ser auxiliada por comitês consultivos, sendo constituídos ou dissolvidos conforme interesse.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral passa a ser responsável pela eleição da Diretoria Executiva. Contudo, a aprovação do orçamento da CCEE passa a ser de competência do Conselho de Administração.

Conselho de Administração (CAd)

O CAd passa a ter papel deliberativo e estratégico, composto por sete membros titulares (e seus respectivos suplentes), sem dedicação exclusiva, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo um representante do MME (presidente), um para geração, um para comercialização, um para consumo, um para distribuição e dois conselheiros independentes.

Os conselheiros independentes serão selecionados pelos demais membros do conselho, passando por processo de *assessment*, e eleitos por assembleia geral, não podendo atuar em empresas do setor.

A categoria deve realizar diligência prévia do candidato, o qual deve atender requisitos de elegibilidade previamente estabelecidos, sendo imprescindível um mínimo de dez anos de experiência no setor e cinco anos de atuação como executivo em empresa do setor.

Durante o primeiro mandato, a duração será de três anos para quatro conselheiros (MME, comercializadores, geradores e consumo), de acordo com a representatividade e critério atual de votos.

Conselho Fiscal

Formado por três membros titulares (e seus suplentes), com mandato de dois anos e uma recondução, além de se propor remuneração de mercado aos titulares. Atualmente, o conselho fiscal funciona com ressarcimento de despesas.

A proposta inclui o aprimoramento dos requisitos de admissão, contendo exigência de um mínimo de três anos de atuação em empresa do setor, qualificação técnica, acadêmica e conhecimento compatível com o cargo.

Os membros serão escolhidos pelo conselho de administração após *assessment* e eleitos em assembleia geral. Nas competências, propõe-se incluir a fiscalização do cumprimento das diretrizes do planejamento orçamentário e da execução do orçamento.

Diretoria Executiva

A diretoria será um órgão executivo, com funções deliberativas e assumirá parte das atuais atribuições do conselho de administração, além de assumir as atividades da superintendência. Será composta por até seis diretorias, com mandato de quatro anos e apenas uma recondução ao cargo, justificada conforme resultados satisfatórios:

- Diretoria Geral, ocupada pelo Diretor Presidente;
- Diretoria Corporativa;
- Diretoria de Gestão de Mercado;
- Diretoria de Operações de Mercado;
- Diretoria de Tecnologia de Mercado; e
- Diretoria de Segurança e Monitoramento de Mercado.

A Diretoria de Segurança e Monitoramento de Mercado será criada oportunamente, dependendo da conclusão do monitoramento prudencial e garantias financeiras. É facultado aos membros do atual conselho de administração assumir as diretorias executivas.

Os diretores serão selecionados após processo de *assessment*, validados pelo conselho de administração e eleitos pela assembleia geral, além de possuir requisitos mínimos de cinco anos de atuação como executivo e qualificação técnica, acadêmica e conhecimento compatível com o cargo. Para o cargo de diretor presidente, é estipulado período de dez anos de experiência no setor elétrico. Tais atribuições e eventuais requisitos de impedimento poderão ser detalhados em normativos internos.

O diretor presidente deverá se reportar diretamente ao conselho e, indiretamente, à assembleia. Já os demais diretores deverão reportar-se de forma direta ao diretor presidente e de maneira indireta ao conselho e à assembleia geral.

Contudo, o diretor de Segurança e Monitoramento de Mercado fará o reporte administrativo diretamente ao Presidente do Conselho, preservada a confidencialidade das informações de sua responsabilidade. Não irá compor o colegiado das reuniões da diretoria sobre temas alheios à segurança de mercado.

Comitê de Auditoria

A intenção da criação desse comitê é monitorar a integridade das demonstrações financeiras, supervisão dos trabalhos de audito-

ria, supervisão do gerenciamento de riscos e controles internos. Os membros serão eleitos pelo conselho e o reporte é diretamente ao CAd, e indiretamente, à assembleia geral. A remuneração seguirá o regime de ressarcimento de despesas.

Comitê Consultivo de Segurança de Mercado

Órgão de função não deliberativa, com o objetivo de assessoramento à respectiva diretoria.

Será presidido pelo Presidente do Conselho, com participação obrigatória do Diretor de Segurança e Monitoramento de Mercado, e contará com a participação de um representante de cada classe de agentes (geração, distribuição, comercialização e consumo) e um membro independente.

Na fase do período sombra, os membros do Comitê de Implementação serão eleitos pelo atual conselho de administração. Já na fase definitiva, serão eleitos pela assembleia geral mediante validação prévia de cada nome pelo conselho.

Os membros não terão acesso às informações confidenciais dos agentes, cabendo a eles apenas auxiliar na definição da melhor metodologia e acompanhar os resultados públicos.

O mandato do Comitê de Implementação será coincidente com a vigência do período sombra, e no período definitivo será de dois anos, não coincidentes, com a possibilidade de uma recondução. A remuneração seguirá o regime de despesas.

Diretoria de Segurança e Monitoramento de Mercado

A ideia da criação dessa nova diretoria é instituir uma estrutura de monitoramento de mercado blindada, com autonomia (gestão administrativa e financeira) e reporte específico. A base de dados, os sistemas operacionais e o orçamento serão apartados.

Haverá subordinação administrativa ao Diretor Presidente, mas autonomia quanto ao tratamento dos dados confidenciais de monitoramento. O Diretor será sempre o relator dos procedimentos administrativos afetos ao monitoramento que demandarem deliberação colegiada.

Os colaboradores da área de monitoramento de mercado deverão assinar termo de confidencialidade ao serem admitidos.

A CCEE entende ser recomendável alteração da legislação para que as pessoas físicas dos gestores dos agentes e dos gestores dessa diretoria respondam civil, criminal e administrativamente por atos dolosos ou com culpa grave que possam colocar em risco a segurança das operações do mercado e/ou o sigilo das informações.

Transição

Foi proposta transição de acordo com os mandatos dos atuais conselheiros, sendo facultado a eles assumirem a função de diretores, respeitando os mandatos em curso e sem qualquer prorrogação ou possibilidade de recondução adicional. Dessa forma, os atuais conselheiros podem, se assim desejarem, compor a nova diretoria executiva até o fim do seu mandato em curso, dado que o conselho de administração será composto por novos membros.

O conselheiro que estiver em primeiro mandato poderá pleitear a recondução como diretor. O período de mandato como conselheiro e posteriormente como diretor, somados, não poderá exceder oito anos.

Caso algum conselheiro não deseje compor a diretoria executiva ou deixe o cargo antes do término do mandato, a categoria que o indicou poderá indicar o novo diretor a ser eleito em assembleia, o qual ocupará o cargo pelo tempo de mandato remanescente.

Próximos passos

No dia 11.08, a CCEE realizou reunião de interação com as associações para explicar as mudanças propostas. No mesmo dia, a Abraceel reuniu as empresas associadas para discutir as contribuições que serão entregues no processo de consulta aberto. Mais detalhes serão informados posteriormente e a minuta de contribuição da Abraceel será enviada em breve para contribuições das associadas.

A nota técnica está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

Confira esclarecimentos oferecidos pelos executivos da CCEE

A Abraceel participou, no dia 11.08, de reunião organizada pela CCEE para esclarecer dúvidas das associações sobre as propostas de mudanças na governança da Câmara.

Comitê de Monitoramento: por que uma regra específica para o “período sombra”?

O objetivo é dar celeridade, mas é possível repensar. A ideia é não ter de passar as decisões pela AGE.

Quem cria os comitês consultivos?

Serão criados pela área de assessoramento do Conselho de Administração (CAd).

Eventuais requisitos de impedimentos para cargos da Diretoria Executiva serão detalhados em normativos internos. Quem aprova?

Serão aprovados pelo CAd.

Todos os conselheiros vão passar por *assessment* ou só os independentes? Faz sentido ter *assessment* e indicação dos agentes?

O *assessment* foi considerado fundamental para os cargos de Diretoria Executiva. Para os cargos do CAd, o *assessment* será importante verificar os requisitos.

Reconduções para alguns cargos será "justificada conforme resultados satisfatórios". Quem irá avaliar tais resultados? Diante dos resultados, a recondução é automática ou precisa passar por eleição em Assembleia?

As metas serão o cerne da avaliação. A definição de metas passará pela Assembleia e também pelo CAd, para permeá-las para o corpo diretor. Cada diretor será reavaliado e a recondução ou retirada passará apenas pelo CAd. O mandato continuará existindo e pode ser descontinuado em função de desempenho. A regra de recondução para apenas um mandato pode ser discutida.

Durante o mandato, os diretores executivos têm estabilidade? São estatutários?

Diretores são estatutários, sem estabilidade.

Como vai ser o trâmite da proposta após as contribuições dos agentes? CCEE vai encaminhar para MME decidir? Qual o papel da Assembleia da CCEE? Em que momento o decreto será revisado, antes ou após AGE?

Todos os processos serão discutidos com o MME.

Qual o objetivo de retirar a aprovação do orçamento da Assembleia, considerando que a CCEE é uma associação suportada financeiramente pelos agentes que compõem a Assembleia?

A ideia é que a Assembleia se restrinja à avaliação das entregas, o que for estratégico, cabendo ao CAd a aprovação do orçamento para entregar as metas definidas pela AGE. Segundo a CCEE, o modelo é consolidado na literatura acadêmica e na prática de corporações.

Outras ponderações.

Conselheiro que virar diretor e sair antes do término do mandato, cabe ao segmento do mercado que indicou o conselheiro indicar o diretor para o mandato tampão.

Importante a interação dos agentes com o MME, responsável por eventuais mudanças em decretos que detalham a estrutura e funcionamento da CCEE.

Cpamp promete aprimorar governança e consulta agentes sobre priorização de temas para o ciclo 2023/2024

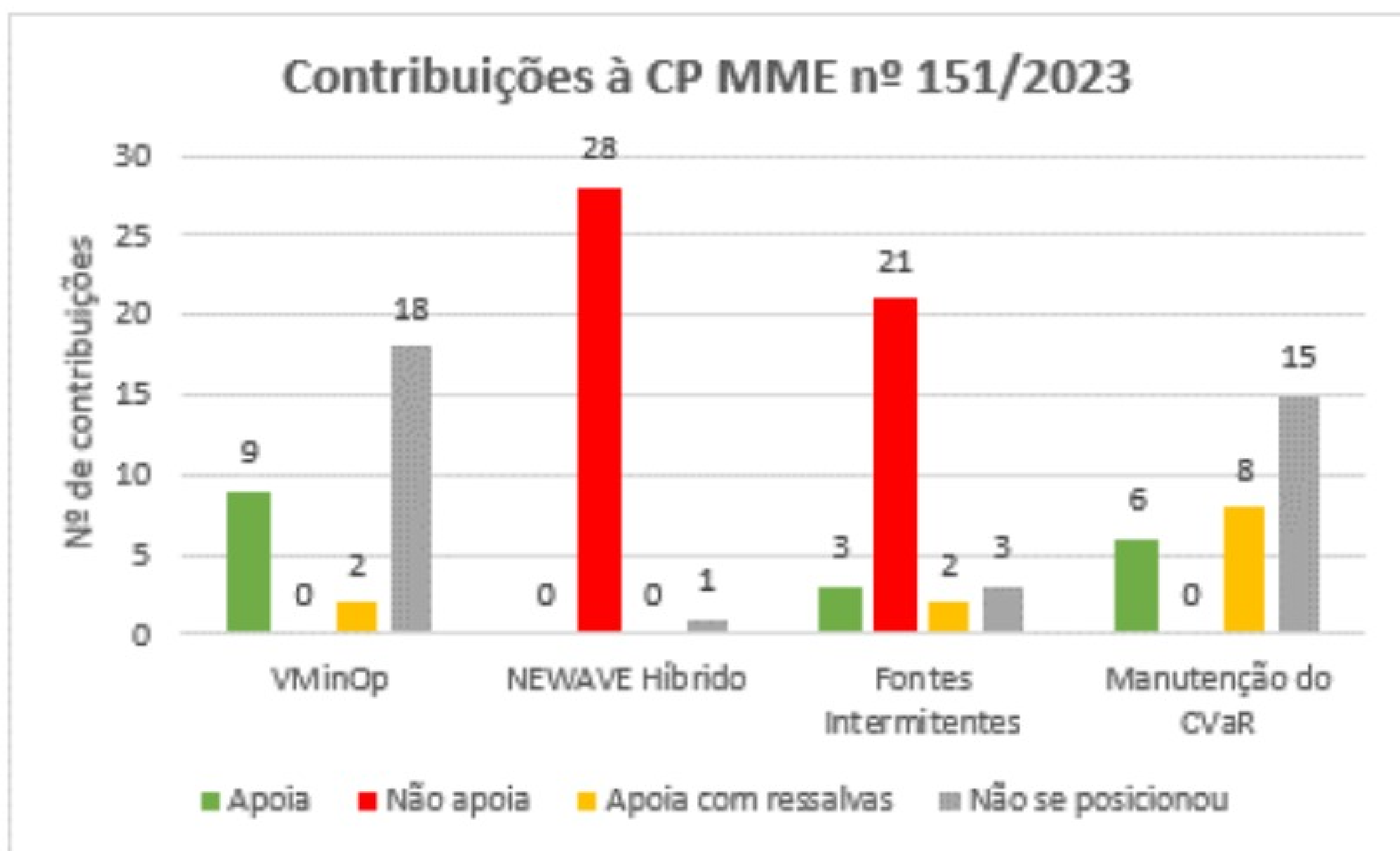
Matéria em 1 minuto:

- Em workshop com os agentes, Comissão destacou que implementação do Newave Híbrido e cortes externos foi postergada até que se tenha um estudo mais aprofundado sobre tais mudanças;
- Comissão comprometeu-se a aprimorar sua governança, promovendo mais workshops com a participação dos agentes e colhendo contribuições ao longo do ciclo de atividades, não somente durante a CP;
- Cpamp disponibilizou formulário para colher a opinião dos agentes sobre a priorização de temas para o ciclo de 2023/2024 - Newave Híbrido e o Unit Commitment Hidráulico estão no foco;
- Abraceel recebe sugestões sobre o formulário até 12h de 15.08.

No dia 10.08, a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp) promoveu um workshop com os agentes para discutir o fechamento das atividades do ciclo 2022/2023 e as atividades do próximo ciclo.

Fechamento das atividades do Ciclo 2022/2023

Em relação à CP 151/2023 do MME, sobre alterações metodológicas nos modelos, a Cpamp mostrou que os agentes se posicionaram contra a implementação do Newave Híbrido e das Fontes Intermitentes, e que alguns se posicionaram a favor da atualização do VMinOP e da manutenção do CVaR. Destaque para a totalidade das contribuições contra a implementação do Newave Híbrido. A Comissão reconheceu que ainda restam dúvidas sobre o Newave Híbrido, mas entende que o avanço obtido no ciclo atual foi importante para sua evolução.



Como não houve tempo para uma adequada calibração do CVaR em função do Newave Híbrido, a Comissão decidiu postergar a atividade, bem como a funcionalidade de cortes externos, mantendo o compromisso de aprofundar os estudos visando sua aprovação para o ciclo de trabalho 2023/2024.

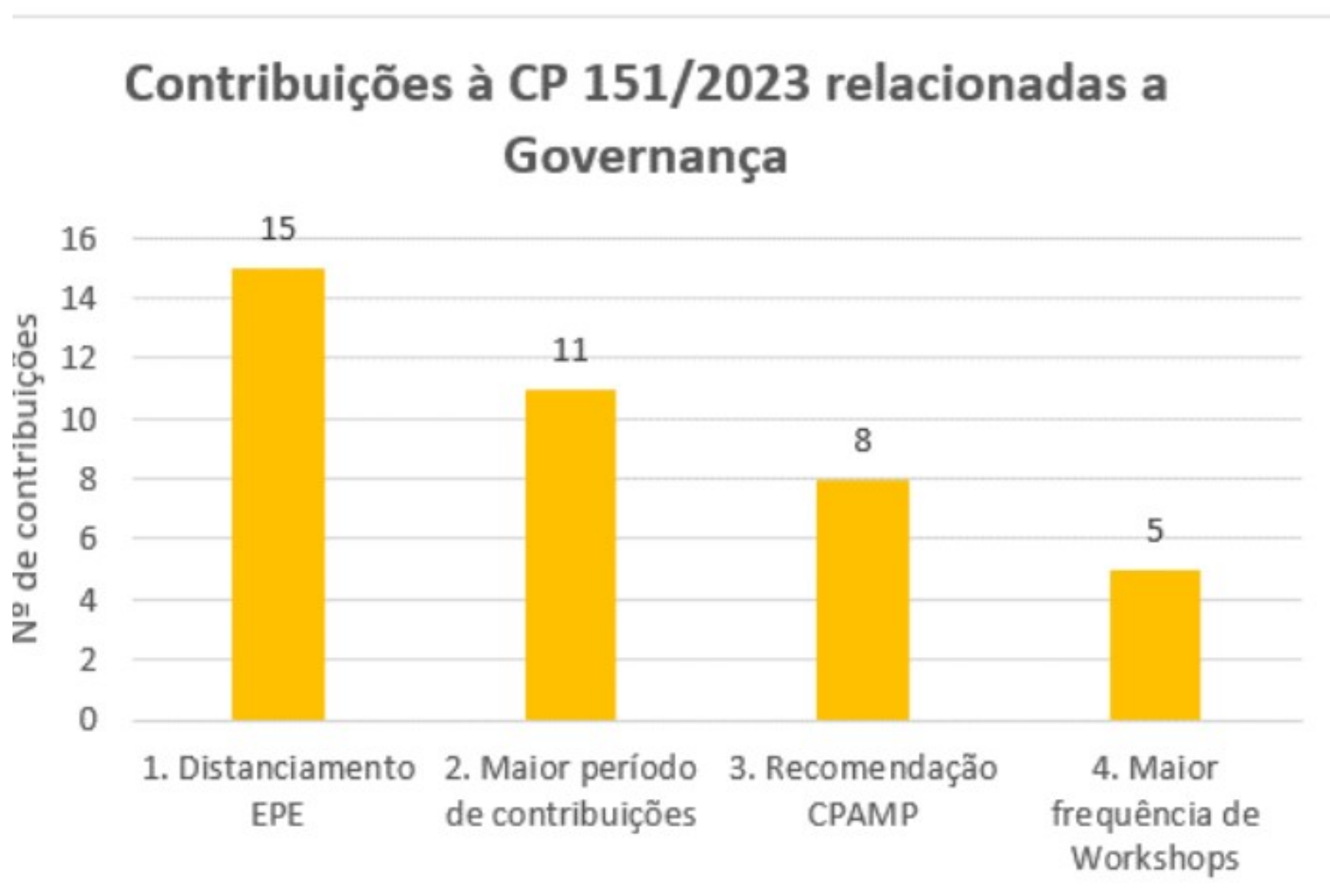
Além disso, a Comissão afirmou que, devido ao estado do sistema, a implementação do modelo não traria potencial de auferir grandes ganhos de informações. Em seguida, foi aberta votação, durante o workshop, sobre a possibilidade de haver treinamento de Newave Híbrido, buscando facilitar o acesso ao modelo, o que recebeu respaldo positivo dos participantes.

Em relação às fontes intermitentes, a metodologia voltada a sua representação não foi aprovada pela equipe técnica da Comissão e sugestões de melhorias poderão ser avaliadas futuramente, a depender da priorização dos próximos temas.

Melhorias da governança

Em seguida, a equipe técnica mostrou o número de contribuições mencionando aprimoramento da governança da Cpamp.

Visando atender o pleito de maior participação dos agentes e também para unir esforços, a equipe técnica convidou todos a apresentarem seus próprios estudos nos workshops, que acontecerão com mais frequência, buscando contribuições às metodologias ao longo do ciclo e não apenas durante o período da CP.



Discussão sobre as atividades dos próximos Ciclos da CPAMP

Ao final do workshop, a Comissão mostrou o cronograma para o ciclo 2023/2024, que inclui a continuidade do Newave Híbrido e o Unit Commitment Hidráulico. Sobre esse, há previsão de que caso o Dessem não esteja viável computacionalmente até o final de outubro deste ano, o aprimoramento seria postergado para o ciclo seguinte.

Cronograma Ciclo 2023/2024

Atividade	2022						2023						2024																
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Ma	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agc	Set	Out	Nov
Ciclo 2023/2024 - NEWAVE Híbrido																													
Continuidade das avaliações																													
Volume considerado na FPHA																													
Avaliação do horizonte de individualização e de execução do modelo																													
Penalidades																													
Violação do VminOp																													
Implementação adicional (nova FPHA)																													
Pré-validação (nova FPHA)																													
Validação com os agentes (Nova FPHA)																													
Execuções de acompanhamento																													
Backtest, avaliação de impactos e relatório final																													
Consulta pública, consolidação e deliberação																													
Sombra																													
Ciclo 2023/2024 - UCH Fase 2 e eficientizações																													
Desenvolvimento CEPEL (implementação e relatório) - Fase 2			x	x	x	x	x																						
Implementações adicionais de eficiência computacional																													
Pré-validação GT-Metodologia - Fase 2																													
Validação com os agentes																													
Avaliação individual das melhorias																													
Relatório																													
Consulta pública, consolidação e deliberação																													
Sombra																													
Planejamento de Workshops																													

UCH: Caso o DESSEM não esteja viável computacionalmente até o final de outubro de 2023, o aprimoramento será postergado para o ciclo seguinte.

A fim de colher a opinião das associadas, a Abraceel refez o mesmo formulário internamente e o disponibilizou para o Grupo Técnico pelo [link](#). Contribuições serão aceitas até o dia 15.08, às 12h, para serem enviadas à Comissão até às 18h do mesmo dia.

A apresentação realizada no workshop pode ser lida na íntegra na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações Exclusivas”.

Mercado de carbono apresenta oportunidades crescentes para comercializadoras de energia

Matéria em 1 minuto:

- Diversificado e com potencial enorme de transações, mercado de carbono abre espaço para comercializadoras oferecerem “combo” de produtos e serviços, ao encontro da demanda dos clientes;

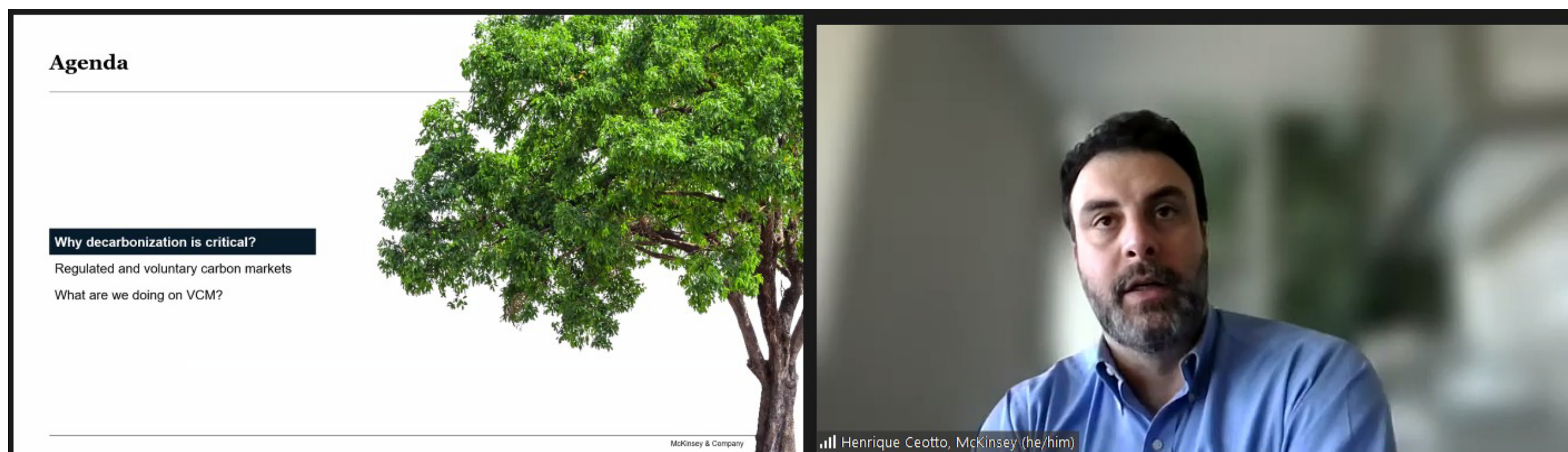
- Brasil é o único país continental que pode ser “carbono negativo” e iRecs podem servir como “hedge de carbono” para empresas que querem ter controle da “pegada de carbono”;

- Segunda parte do workshop da Abraceel será realizada dia 24.08 e tratará do mercado regulado e das iniciativas no governo federal e no Congresso Nacional.

A Abraceel realizou no dia 10.08 a primeira de duas sessões do workshop idealizado para discutir as oportunidades do mercado de carbono para as comercializadoras de energia. Mais de 300 pessoas participaram ao longo de duas horas de discussões.

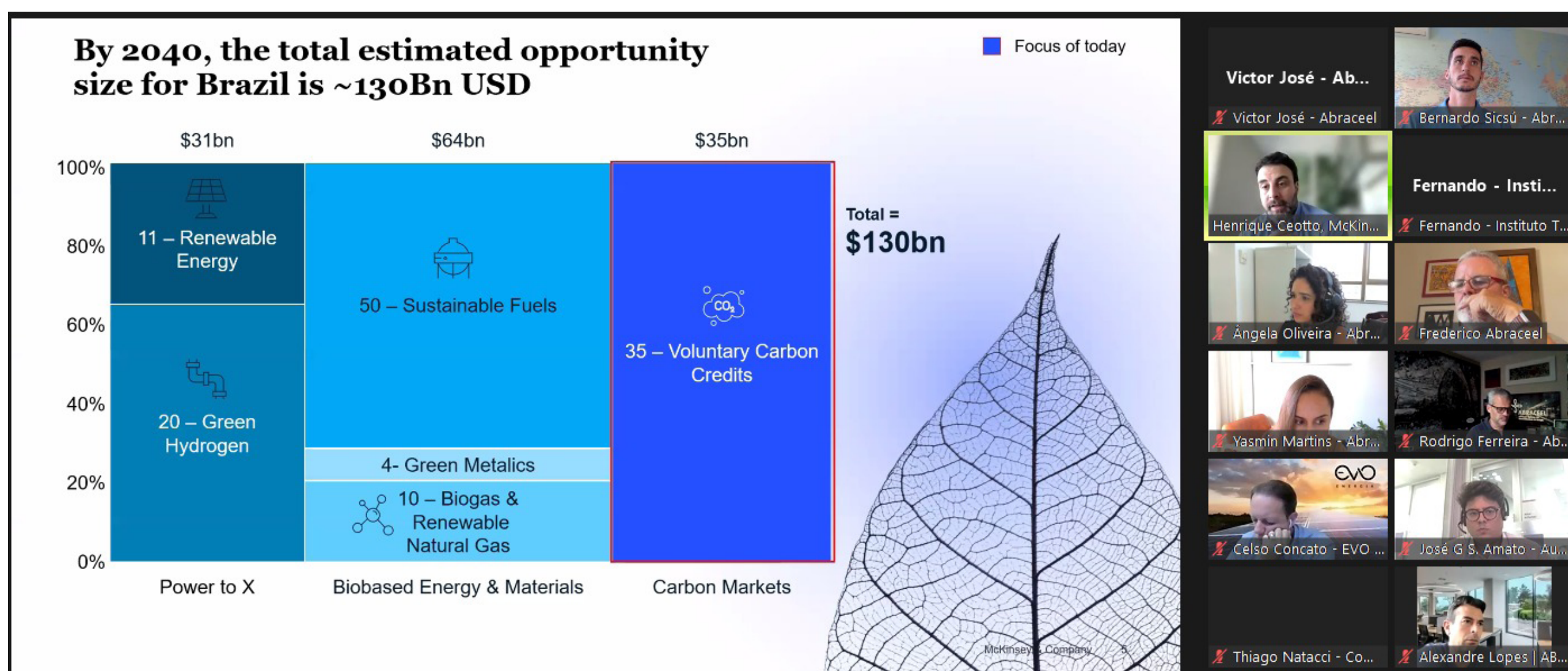
Mercado voluntário de carbono

Abrindo a sessão de palestras, Henrique Ceotto, sócio da McKinsey, explicou o histórico de evolução do mercado de carbono, apontando os fatores que fizeram com que o mundo corporativo se engajasse com mais intensidade nos esforços da redução de emissões. “O custo de não fazer nada ficou muito mais alto do que fazer alguma coisa. Bancos e seguradoras começaram a colocar esses riscos em seus modelos”, disse.

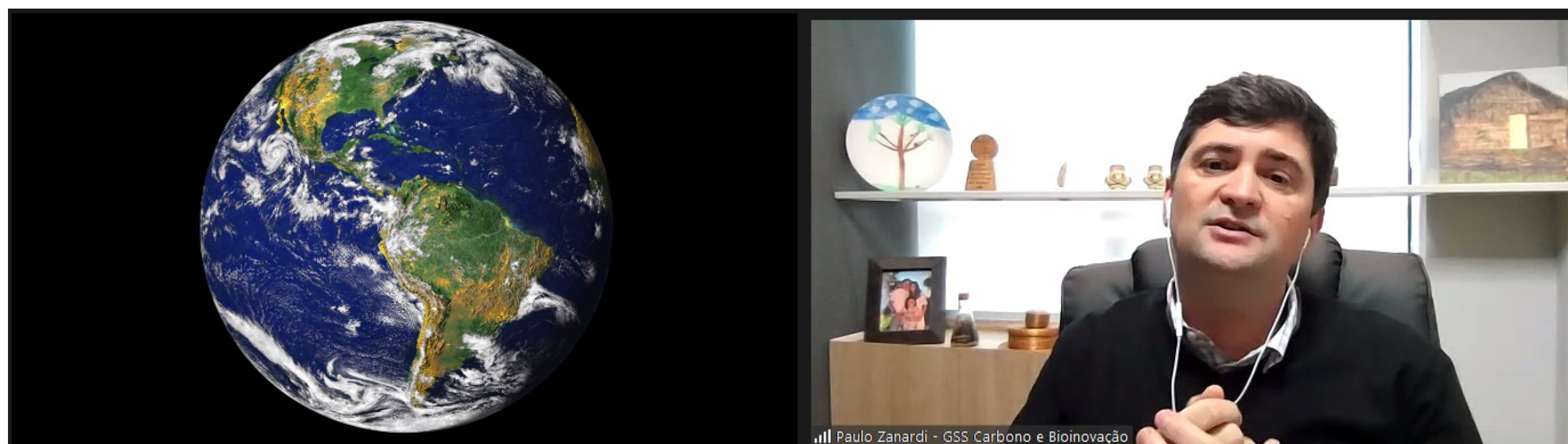


Ceotto explicou os diferentes mercados, mecanismos e tipos de carbono, detalhando as diferenças e o potencial de transações. Para ele, toneladas de carbono evitadas ou removidas da atmosfera vão virar uma moeda e em 10 ou 15 anos os mercados serão unificados, onde o carbono será uma moeda de troca global. “O

Brasil é o único país continental que pode ser carbono negativo”, disse, o que significa que, além de alcançar a neutralidade de emissões, o país pode retirar da atmosfera mais carbono do que emite.



Paulo Zanardi, sócio diretor da GSS Carbono e Bioinovação, explicou o risco crescente de crises ambientais criarem crises econômicas, contextualizando que, em 2022, catástrofes ambientais geraram US\$ 343 bilhões de prejuízos no mundo. Para ele, empresas que não fizerem gestão climática corretamente estarão acumulando riscos e que é importante analisar principalmente como a cadeia produtiva das matérias-primas é afetada.



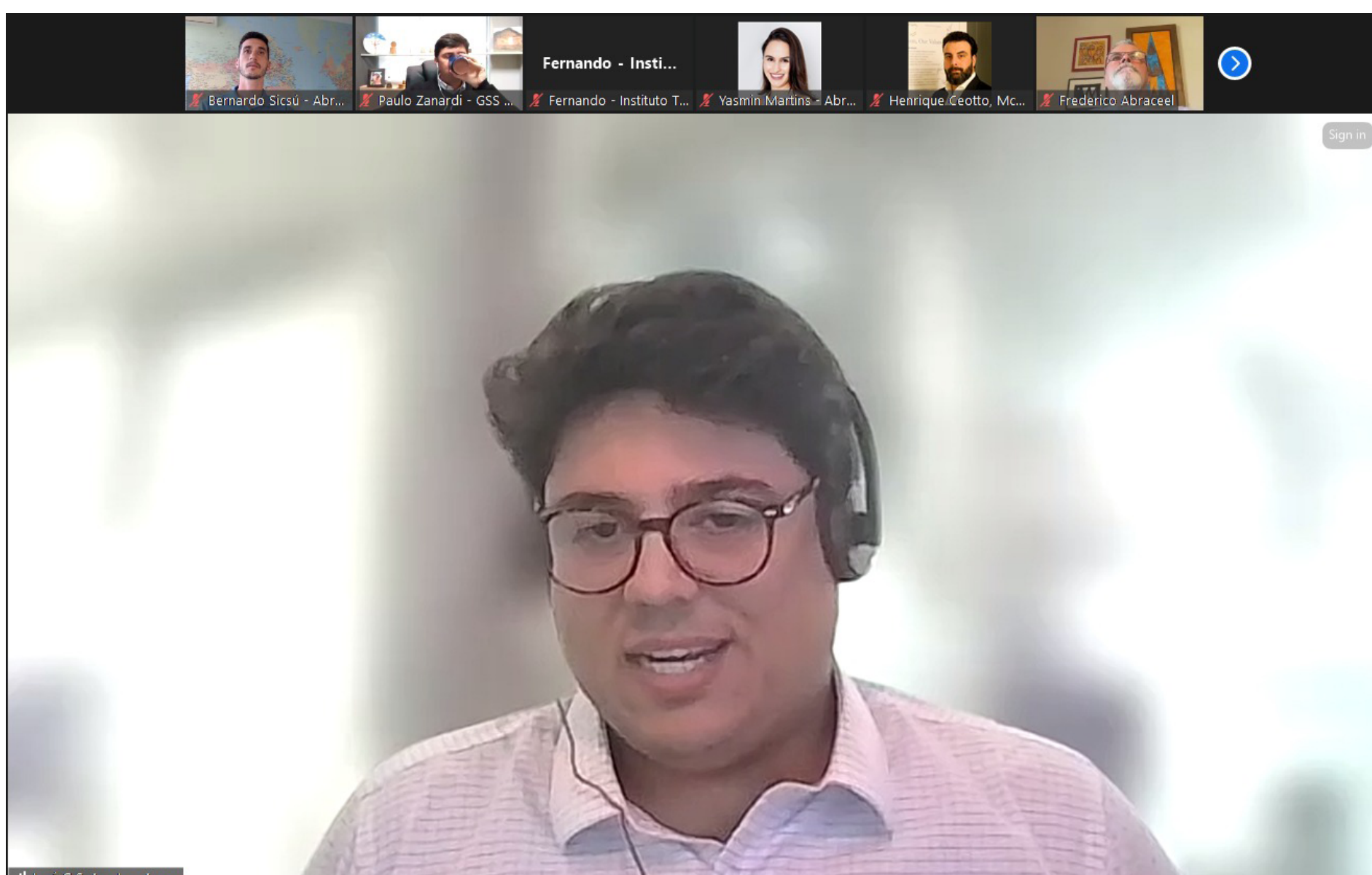
Ele ponderou que empresas que estão comprando créditos de carbono estão compensando emissões, mas sem deixar de reduzir emissões, ao contrário do que se supunha. “Havia uma percepção que, ao investir em crédito, essas empresas estariam postergando suas reduções de emissões, mas isso não ocorre”, disse. Zanardi também apontou oportunidade para as comercializadoras, que podem vender energia limpa associada a outras soluções, como iRecs, análises de risco no mercado de mudança climática e inventário de emissões, entre outras.



Fernando Lopes, diretor do Instituto Totum, ressaltou que as comercializadoras têm oportunidade de atender clientes que querem ter controle da sua “pegada de carbono”, conhecendo precisamente o nível de emissão envolvido na própria cadeia produtiva. Se a comercializadora oferecer, além de energia, certificado de origem dessa energia, a empresa consumidora poderá fazer um “hedge de carbono” e ter certeza que o nível de emissões derivado da energia necessária para a produção será zero.



“Isso é um diferencial que as comercializadoras já estão ofertando aos seus clientes. Embora existam clientes que não se importam com a garantia de origem, querem energia o mais barata possível, mas há alguns que se importam”, disse. “Então, o iRec é um instrumento usado para se ter controle sobre parte importante da pegada de carbono de um cliente, que é a energia elétrica”, concluiu. O custo dos iRecs significa em torno de 1% a 2% do valor da energia, explicou o executivo, que ainda listou diferentes modelos de negócios possíveis envolvendo energia e certificados de origem.



José Amato, da Auren, explicou a experiência da empresa em projetos associados ao mercado de carbono - de hedge a restauração de biomas e energias - com expressiva carteira de projetos já desenvolvidos e ainda em desenvolvimento. Ele alertou que é importante nivelar esse mercado por cima. "Há muito risco reputacional, comercializar crédito só por preço gera risco muito forte para quem vende e quem compra, há que se fazer diligência nos projetos e conhecer o que se está comercializando", disse.



Thiago Natacci, da Comerc, explicou que a empresa oferece a todos os clientes um inventário de emissão de carbono gratuitamente, além de, posteriormente, trabalhar com os consumidores uma "jornada de descarbonização", que conta com diversos produtos. "Onde não conseguimos reduzir a emissão de carbono, fazemos compensação dessas emissões no tempo", explicou.

Egressos da comercialização de energia, José Guilherme e Thiago Natacci ressaltaram as diferenças do mercado de energia elé-

trica e de carbono, como o fato desse último "não ser um com-
moditizado" e com liquidez muito diferente, onde cada projeto
tem seu risco e os benefícios importam.

Próximos passos

Enquanto o primeiro dia trouxe palestras e promoveu debate
para analisar o potencial atual de negócios com produtos verdes,
certificados, selos, offsets, certificados de origem renovável de
energia, a segunda sessão, dia 24.08, tratará do mercado regula-
do e das iniciativas no governo federal e no Congresso Nacional.
Confira a programação:

Dia 2: Mercado regulado e oportunidades para as comercializadoras

*Propostas em discussão no
Poder Executivo e no Poder
Legislativo, potencial do mercado
regulado, relação entre mercados
regulado e voluntário, onde as
comercializadoras se encaixam,
possíveis contribuições da Abraceel
à discussão.*

Apresentação (30')
Juliana Falcão, CNI

Painel com especialistas (30')
Júlia Sagaz, FMASE
Artur Teixeira, 2W
Lincoln Morales, Enel

Debate com associadas (1h)
Mediação: Abraceel

24 de agosto das 15h às 17h

Aplicações de inteligência artificial ganham destaque no mercado elétrico, com vantagem às empresas

Matéria em 1 minuto:

- Em evento da Abraceel para mais de 600 pessoas, Donato Filho, sócio fundador da Volt Robotics, analisou inserção da IA nas operações das empresas de energia elétrica;
- Apresentação demonstrou soluções baseadas em IA para segmentação de clientes, localização de clientes, tarifas de energia e tendências de preços;
- Aplicações podem ser relevantes para lidar com fatores derivados de comportamentos de mercados.



O uso da inteligência artificial (IA) demonstra ser cada vez mais factível no mercado de energia elétrica, trazendo ganhos de eficiência e competitividade. A avaliação é de Donato Filho, sócio fundador da Volt Robotics, em edição da Sexta Livre realizada pela Abraceel no dia 04.08, com participação de mais de 600 pessoas.

Ele explicou aplicações em atividades como segmentação de clientes, localização de clientes, tarifas de energia e tendências de preços.

A IA é um estágio mais avançado do que aplicações de automação e digitalização, onde as máquinas são capazes de aprender, tomar decisões ou até mesmo agir, mesmo diante de uma situação inédita.

Donato Filho explicou que há fatores que são inesperados, sujeitos a arbitrariedades, o que não é possível resolver com IA, mas aquilo que reflete o comportamento de mercado é possível contar com o apoio dessa tecnologia.

Acesse o vídeo da Sexta Livre sobre inteligência artificial no canal da Abraceel no [YouTube](#). A apresentação de Donato Filho, da Volt Robotics, está no [site](#) da Associação.



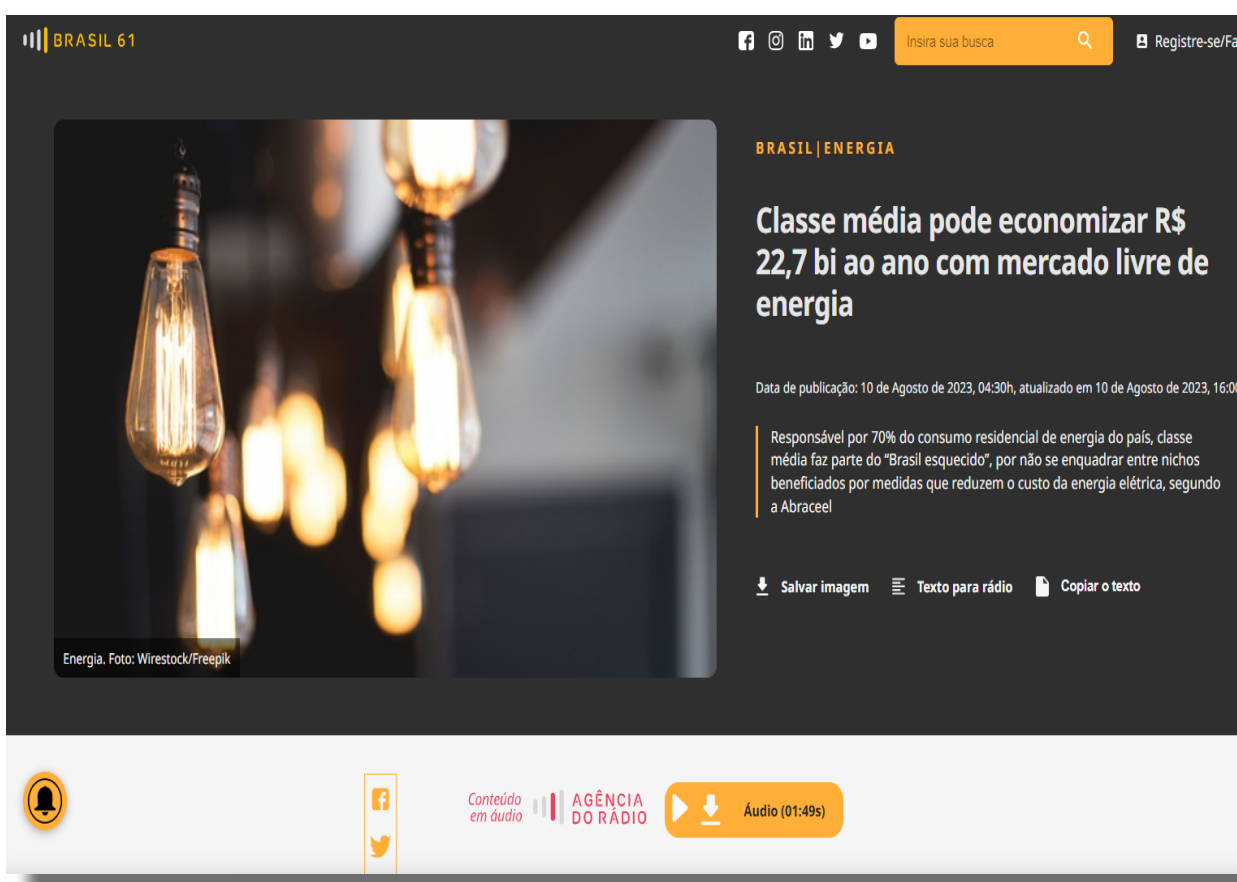
ABRACEEL NA MÍDIA



Mercado livre pode baratear em até 10% a conta de energia dos consumidores mais pobres

Fonte: Brasil 61

[Acesse aqui](#)



Classe média pode economizar R\$ 22,7 bi ao ano com mercado livre de energia

Fonte: Brasil 61

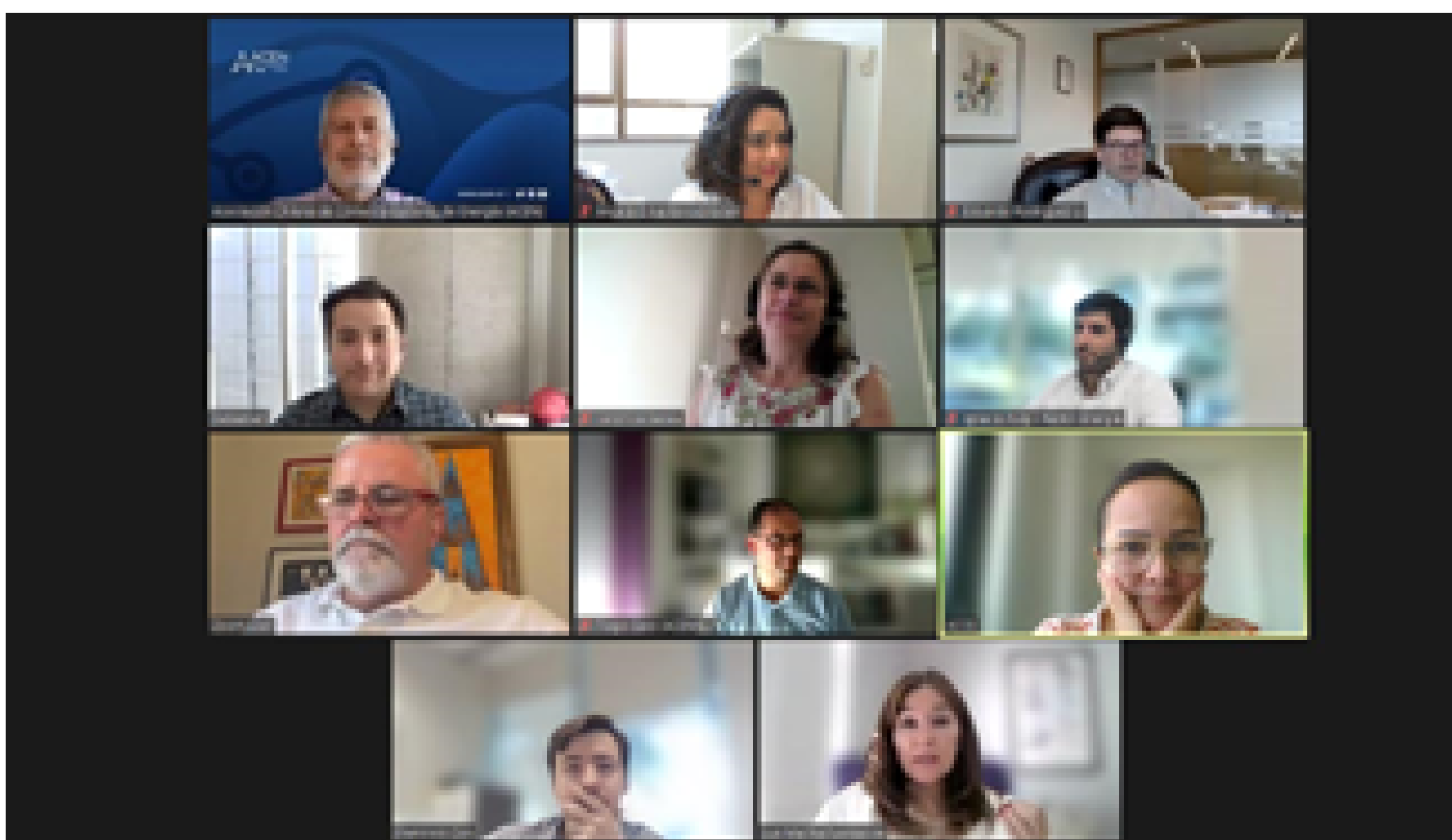
[Acesse aqui](#)

CURTAS

Importação de energia: Decreto altera competências do CMSE e CNPE para suprir sistemas isolados

Foi publicado no DOU do dia 07.08 o [Decreto 11.629/2023](#), com o objetivo de retomar a importação de energia da Venezuela. O Decreto inclui como competência do CNPE "definir orientações para o estabelecimento de políticas nacionais de integração do sistema elétrico e de interligação eletroenergética com outros países". Também inclui como competência do CMSE "deliberar sobre as diretrizes e as condições de importação de energia elétrica". O Decreto cria a possibilidade de importação para atendimento aos sistemas isolados, mas também de soluções de eficiência energética e de armazenamento, com o objetivo de reduzir a CCC, listando como elegíveis tanto empreendimentos novos como existentes. O CMSE passa a ter competência para deliberar quanto a preço e volume. No mesmo dia, foi publicado o [Decreto 11.628/2023](#), que relança o programa Luz para Todos, com duração até final de 2026 para a população do meio rural e fim de 2028 para regiões remotas da Amazônia Legal.

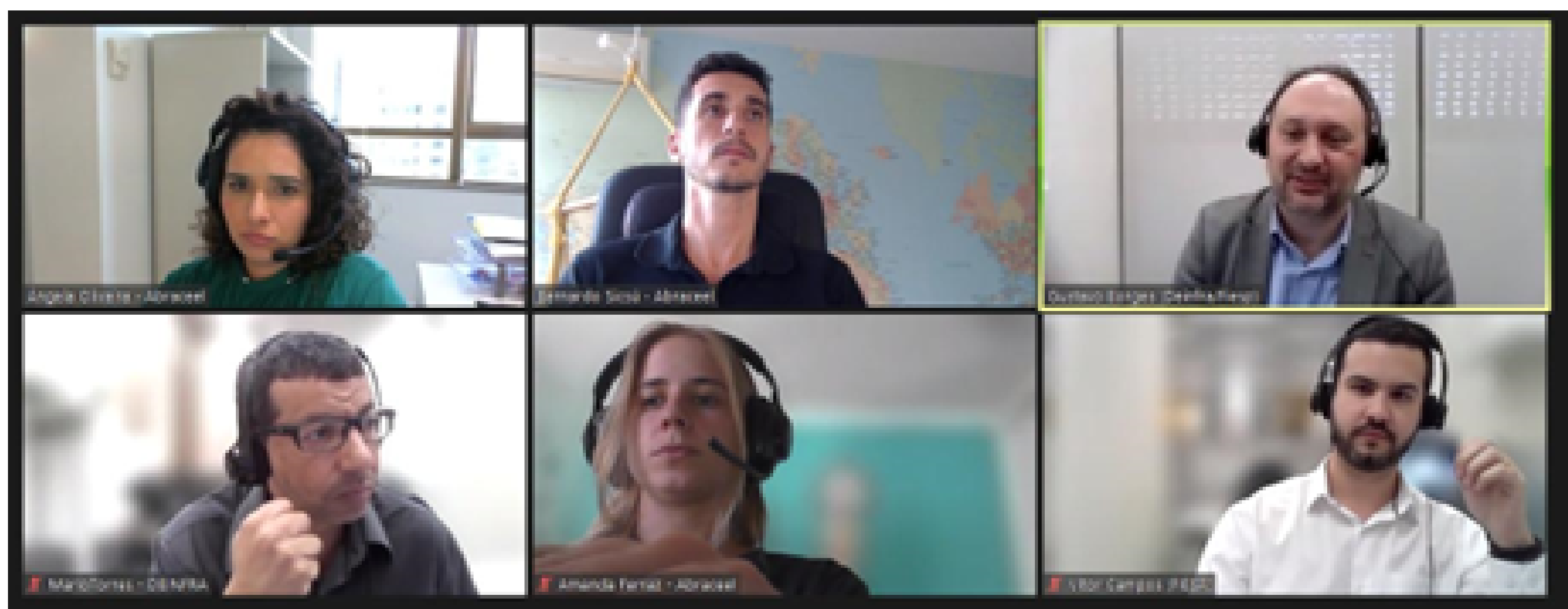
Associações ibero-americanas revisam estatuto e encaminham lançamento de instituição pró-mercado



No dia 10.08, a Abraceel participou de reunião com representantes dos países que irão compor a Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia (AICE). Na ocasião, foram discutidas

as revisões propostas no estatuto para a criação dessa nova instituição, que será lançada em evento na Colômbia, em agosto. Na próxima quarta-feira, ocorrerá a eleição do presidente, vice-presidente e diretores da entidade.

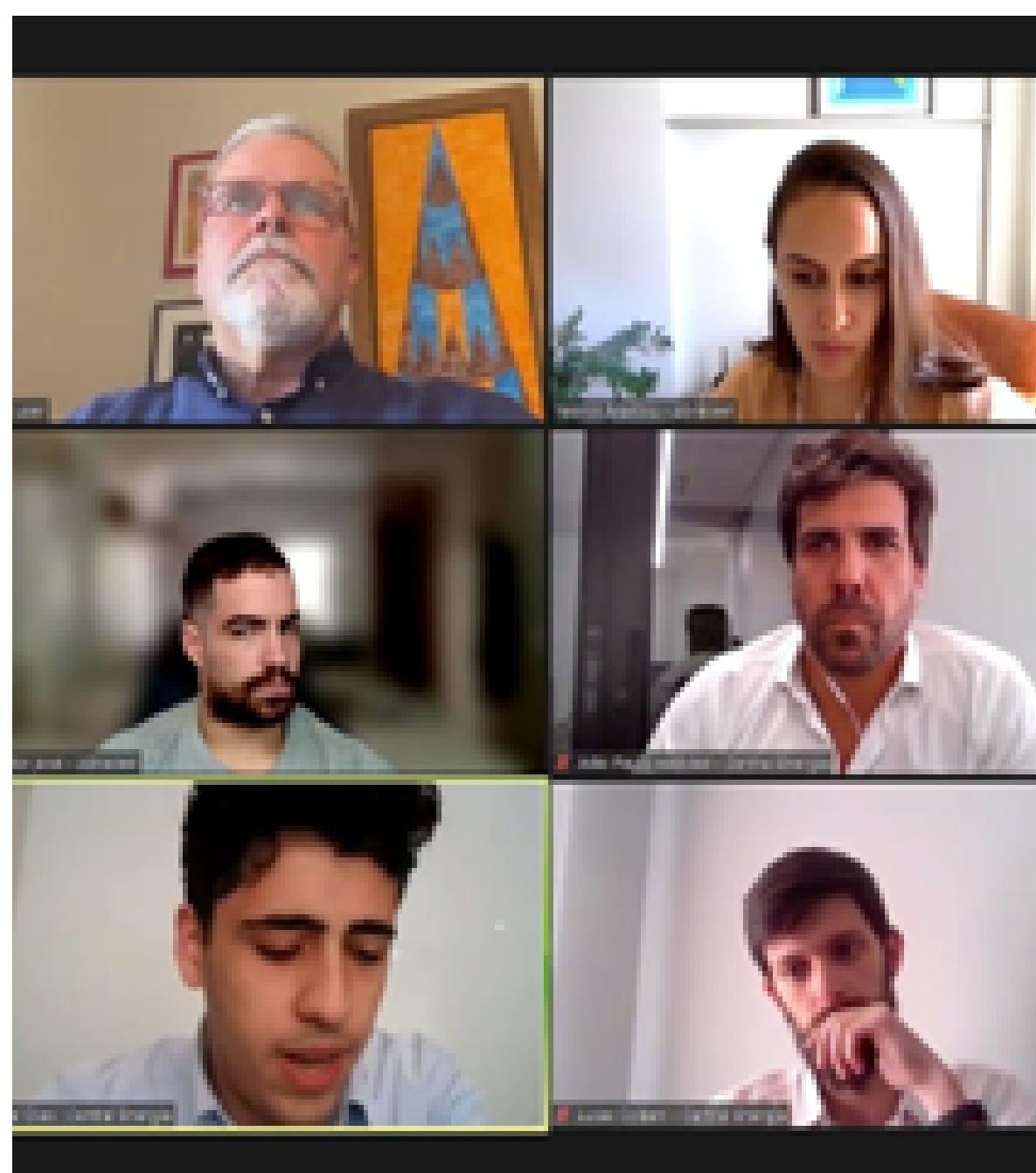
Abraceel e Fiesp discutem evento para incentivar acesso ao mercado livre de energia



No dia 09.08, a Abraceel se reuniu com representantes da Fiesp com o intuito de discutir ações que podem ser realizadas em conjunto para o desenvolvimento do mercado livre de energia elétrica. Houve definição do escopo de um evento a ser realizado conjuntamente, possivelmente no início de outubro, para explicar o funcionamento e formas de acessar o mercado livre. Mais informações serão enviadas em breve.

Abraceel se reúne com Central Energia para discutir PLDmin

No dia 07.08, a Abraceel se reuniu com a Central Energia para discutir possíveis impactos de fatores que compõem a TEO de Itaipu na formação do PLD mínimo. Na reunião, os representantes da Central discutiram o destino de eventual excedente financeiro de Itaipu e se isso poderia elevar o piso regulatório em 2024. A Abraceel discutirá o tema internamente para dar um melhor encaminhamento ao assunto.

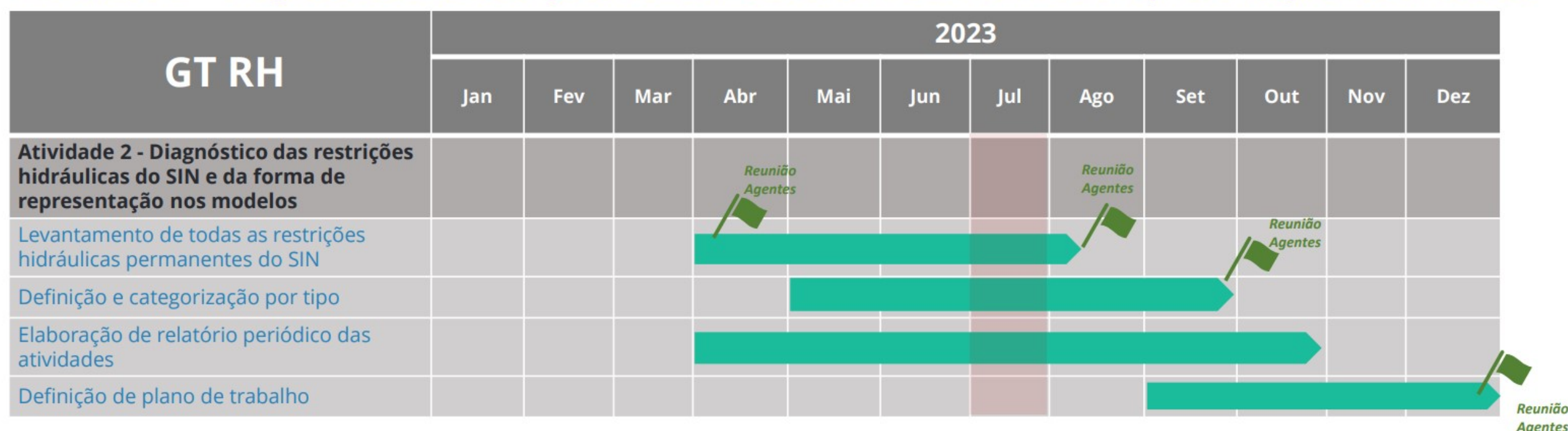


GT Restrições Hidráulicas apresenta avanço na categorização de restrições

No dia 08.08, o CT PMO-PLD realizou a 6ª reunião com agentes do GT Representação de Restrições Hidráulicas. Na reunião, o Comitê apresentou os avanços obtidos no diagnóstico das restrições hidráulicas do SIN e na forma de sua representação nos modelos, seguindo o cronograma apresentado previamente. Assim, o Comitê mostrou que foram levantadas nessa atividade todas as restrições hidráulicas permanentes e temporárias do SIN para posterior categorização por tipo e efetiva implementação nos modelos, o que será o foco da próxima atividade do grupo. O grupo disponibilizou relatório sobre o assunto para receber contribuições dos agentes até o dia 29.08, pelo e-mail do CT PMO-PLD. A próxima reunião com agentes ocorrerá no fim de setembro e a apresentação feita na reunião pode ser lida [aqui](#).

Detalhamento da atividade CP2.3 ➡ CT-PMO/PLD – GT-RH – Atividade 2

Atividade 2 – Diagnóstico das restrições hidráulicas do SIN e da forma de representação nos modelos



GT CVU Estrutural apresenta nova metodologia para reajuste do CVU

No dia 09.08, o CT PMO-PLD realizou a 3ª reunião com agentes do GT CVU Estrutural para revisar as metodologias propostas pelo grupo para reajustar esse indicador. Na reunião, foi mostrado que, entre as cinco metodologias propostas, nenhuma obteve performance superior em relação às demais nos resultados do backtest realizado entre 2013 e 2023. Porém, a quinta metodologia, que utiliza a variação ano a ano do preço dos combustíveis com atualização mensal, apresentou melhores resultados, utilizando com base os critérios de assertividade e regularidade. Entretanto, a projeção do Banco Mundial, que mudará seu horizonte de projeção de preços devido à guerra na Ucrânia, o que impacta diretamente as projeções dos preços dos combustíveis, inviabiliza o uso dessa metodologia. Além disso, foi explicado que a escolha do tipo de combustível considerado nos cálculos, devido à presença de variáveis intrínsecas a eles, como origem do combustível, local de

entrega e custo de frete, também influencia no desvio padrão dos resultados obtidos no backtest. Por fim, foi introduzida uma nova metodologia, que se baseia na variação ano a ano do combustível em derivativos. O grupo continuará a avaliar metodologias alternativas para reajuste do CVU Estrutural e realizará a quarta reunião com agentes para apresentação dos resultados em setembro. A apresentação realizada na reunião pode ser lida no [link](#).

Abraceel realizará workshop sobre reforma tributária dia 29 de agosto às 16h

A Abraceel irá realizar workshop sobre reforma tributária, analisando os possíveis impactos na atividade de comercialização de energia, no dia 29.08, às 16h. O evento contará com a presença de advogados dos escritórios Mattos Filho, Machado Meyer, Bichara, Lefosse e Urias Martiniano Advogados. Haverá também sessão para debate com as empresas associadas. Mais informações de acesso e programação foram enviadas por e-mail.



Abraceel explica bandeiras estratégicas e iniciativas em evento da Hydro Energia

No dia 07.09, Bernardo Sicsú palestrou em um evento da associada Hydro Energia sobre o mercado de energia. Na ocasião, foram apresentados detalhes das quatro bandeiras defendidas pela Abraceel: abertura e crescimento do mercado, segurança de mercado, formação de preços e inovação e eficiência do mercado. Abordado também o potencial de crescimento do mercado com a abertura para o grupo A em janeiro de 2024, além do cenário para a continuidade do processo de liberalização do mercado. Em segurança, foram apresentados aspectos do monitoramento da alavancagem e a caracterização das comercializadoras em dois tipos. Sobre formação de preços, os destaques foram a discussão em torno da metodologia que embasa os limites do PLD mínimo, as mudanças nos modelos energéticos para 2024 e ponderações sobre preço por oferta ou por modelo. Por fim,

apresentou as ações da Associação para conter o aumento de subsídios no setor elétrico e iniciativas para o desenvolvimento dos derivativos de energia, para a regulamentação do conceito de “open energy” e as ações da agenda internacional da Abraceel, que atualmente organiza missão ao Texas. A apresentação em inglês está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

CURTAS - GÁS NATURAL

Fórum do Gás: Abiogás apresenta potencial do biometano

No dia 09.07, o Fórum do Gás realizou reunião extraordinária na qual a Abiogás apresentou visão sobre o mercado de biometano. Um mapeamento realizado pela Associação sobre o energético no Brasil mostra que já há seis usinas autorizadas e 15 mapeadas, com potencial principalmente localizado em São Paulo. Atualmente já são 1,2 milhão m³/dia de capacidade instalada, com a perspectiva de chegar a 6,6 milhões m³/dia em 2029, o que indica perspectiva de rápida expansão desse mercado. O desafio é ampliar a oferta de biometano, eliminando as barreiras para ampliar a injeção no energético em dutos, e aprimorar as regras do mercado livre, de forma a estimular o seu desenvolvimento.

CURTAS - CURSOS E EVENTOS

Associadas têm desconto em evento sobre gás natural

De 28 a 31 de agosto, no Hotel Windsor Flórida, no Rio de Janeiro, acontecerá o Gas & Energy Week, evento para discutir sobre gás natural, biogás, hidrogênio e transição e expansão da geração térmica. O tema central do evento é “Harmonização Regulatória & Investimentos em Tecnologia e Projetos para o futuro da transição energética”. É esperada a presença do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, da diretora de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da EPE, Heloísa Borges, e representantes de diversas outras empresas. As associadas da Abraceel têm 10% de desconto com o cupom ABRACEEL no ato da inscrição no [site](#) do evento.





O PL 414 teve movimentação. É aguardada a designação dos membros para instalação da comissão especial que analisará a matéria na Câmara. Transição ecológica está em pauta e mira projetos relacionados ao mercado de carbono, hidrogênio verde e eólicas offshore. A reforma tributária segue em debate no Senado e o relator já se pronunciou sobre o setor de energia. PLD e Itaipu podem ser objeto de audiências públicas.

Lira autoriza criação da Comissão Especial do PL 414 – A presidência da Câmara autorizou a criação da comissão especial que analisará o PL 414, que abre o mercado de energia para todos os consumidores. É preciso que os líderes partidários indiquem os membros de seu partido para o colegiado, além da instalação da comissão, com eleição do presidente e designação do relator.

Histórico e tramitação – Em 2022 também houve a criação da Comissão Especial, porém o fim da Legislatura encerrou as atividades do colegiado sem que um relatório tenha sido apresentado. O texto que está válido, oficialmente, é a versão que foi aprovada no Senado em 2020 (PLS 232). A existência da comissão especial não elimina a possibilidade de ser apresentado um requerimento de urgência que, aprovado, leva a matéria para ser deliberada diretamente em Plenário.

Reforma Tributária e energia – Sem detalhar, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma tributária no Senado, disse que já discute com o ministro Alexandre Silveira questões do setor de energia na reforma tributária. “Acho que a questão da energia elétrica e do setor de energia, inclusive, deverá ser pauta de discussão e debate na reforma tributária. O Brasil precisará tomar decisões extremamente importantes para a reestruturação do setor de energia e do setor elétrico”. Confira [aqui](#).

Incentivos para renováveis – O relator sinalizou que pretende revisar incentivos fiscais da geração renovável. Para o senador, o benefício deve ser dado ao consumidor, não sendo necessária a manutenção do subsídio para o gerador. Confira [aqui](#).

Ministério da Fazenda tenta evitar isenções - Durante a semana, o Ministério da Fazenda divulgou documento com simulação das alíquotas de referência do IBS e da CBS, como forma de evitar a ampliação dos setores com alíquota reduzida pelo Senado. Confira no [link](#) e [aqui](#).

Próximos passos – As PECs que tratam sobre reforma tributária no Senado (PEC 110/2019 e PEC 46/2022) passarão a tramitar em conjunto. No entanto, como já foi sinalizado que a Casa promoverá mudanças, o texto volta para a Câmara. Na próxima terça (15.08), o Senado dá continuidade às audiências públicas sobre o impacto da reforma tributária em diferentes setores, dessa vez indústria e serviços estão convidados para o debate, saiba mais [aqui](#).

Pauta verde do Lira – Com a sinalização de priorizar projetos que tratam de regulamentação do mercado de carbono, eólicas offshore e marco legal do hidrogênio verde, listamos a seguir a situação da discussão, além dos projetos que podem avançar na Câmara dos Deputados:

Hidrogênio: há uma comissão especial e uma subcomissão debatendo o tema na Câmara dos Deputados. A comissão especial planeja concluir seu parecer até novembro. A subcomissão deve se reunir na próxima semana e definir um plano de trabalho. Os dois colegiados são presididos pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). No próximo dia 15.08, a comissão especial terá uma audiência pública com o tema: "O Hidrogênio Sustentável e os Biocombustíveis".

Mercado de carbono: o tema tem sido trabalhado no âmbito do Executivo, que pretende enviar um texto para o Legislativo. A expectativa era envio de texto para tramitar com o [PL 412/2022](#), cuja relatoria está com a senadora Leila Barros (PDT-DF). Por outro lado, com a priorização do tema pelo presidente da Câmara, pode ser que volte a ter força o [PL 528/2021](#).

Eólica offshore: em discussão via [PL 576/2021](#), de autoria do então senador Jean Paul Prates, que está na Câmara sob a relatoria do deputado Zé Vitor (PL-MG). A matéria está apensada ao [PL 11427/2018](#), que tem um requerimento de urgência protocolado, mas ainda não aprovado.

Plano de Transição Ecológica – Vale destacar que os textos dos projetos acima são versões que ainda passariam por mudanças com a apresentação dos relatórios. Esses temas estão ligados à iniciativa do ministro Fernando Haddad de elaborar um Plano de Transição Ecológica, que irá reunir ações para tornar a economia brasileira mais sustentável. Transição energética também foi a bola da vez na Cúpula da Amazônia, realizada esta semana em Belém, que reuniu líderes de países da Amazônia, além do ministro Alexandre Silveira e o presidente Lula.

PLD no Senado – na próxima semana, a Comissão de Infraestrutura do Senado deliberará um requerimento de audiência pública para debater e avaliar eventual inconsistência técnica na definição do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e seu impacto macroeconômico. Como convidados estão representantes da Aneel, CNI, IDEC, TCU e Enercore. A autoria é do senador Weverton (PDT-MA). Acesse o requerimento [aqui](#).

E Itaipu – O colegiado também deliberará requerimentos que convidam o ministro Alexandre Silveira (MME), Jorge Oliveira (TCU) e o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, para prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina de Itaipu.

PRÓXIMA SEMANA

14.08 - Segunda-feira: Abraceel participa de evento liderado por especialistas do escritório Mattos Filho, exclusivo para associadas do Fase, para discutir os impactos da reforma tributária no mercado de energia, às 10h;

Abraceel participa de almoço com a associada CPFL, para discutir a agenda do mercado de energia, às 12h;

Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Abraceel se reúnem com o Conselho de Administração da CCEE para discutir a agenda do mercado, às 16h30.

15.08 - Terça-feira: Abraceel se reúne com superintendências da Aneel para apresentar resultados e soluções do FaleAqui!, canal da Abraceel de reclamações sobre o processo de migração para o mercado livre, às 15h;

Abraceel participa de reunião da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia para discutir a regulamentação da geração eólica offshore, às 17h;

Abraceel participa de encontro da consultoria Relgov Brasil para discutir a regulamentação de mercado de carbono no Brasil, às 18h.

16.08 - Quarta-feira: Abraceel participa de reunião com a Norus para conhecer plataforma de gestão de portfólio e riscos de comercializadores, às 10h;

Abraceel participa da eleição da presidência e diretoria da Associação Ibero-americana de Comercializadores de Energia, às 12h;

A convite, Abraceel participa de reunião com o TCU para discutir o processo de abertura do mercado de energia, às 16h30.

17.08 - Quinta-feira: Abraceel participa de reunião ordinária do Fase, às 10h;

Abraceel participa do 8º Encontro dos Agentes do Setor Elétrico, promovido pela associada BC Energia, em Goiânia, às 14h30;

Abraceel participa da 11ª reunião com agentes da FT-PrevCarga-Dessem, às 15h.